

Polifonia: por um feminismo da diferença¹

Alessandra Werlang²
Suelem Lopes de Freitas³
Alexandre Rocha da Silva⁴

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo

Este trabalho propõe investigar a discussão da dissolução do sujeito no feminismo no vídeo *Polifonia*, uma experimentação audiovisual de “autopornografia”, realizada pelo projeto Antropofagia Icamiaba. Para tanto propomos a realização de uma revisão bibliográfica sobre gênero e sexualidade nas teorias feministas e *queer* via Linda Nicholson, Guacira Louro e Judith Butler. Além disso, revisitamos a semiótica peirciana, passando pelas problematizações que implicam o signo mulher. A análise do vídeo abrange os pontos de vista sensorial, de conteúdo e conceitual que ressignificam a formação do sujeito.

Palavras-chave: audiovisual, semiótica, feminismo, gênero

Introdução

A história da luta feminista remete aos avanços das concepções de gênero na medida em que as reivindicações foram conquistadas. O movimento feminista sufragista, que ocorreu durante os movimentos de industrialização e urbanização no século XIX, é considerado o primeiro movimento político social da história feminista, apesar de existirem movimentos mais antigos que não tiveram o mesmo engajamento e amplitude. Com o grande objetivo de conceder o direito de voto também as mulheres, outras temáticas também foram abordadas como oportunidades de trabalho e estudo e reorganização familiar. O movimento, que ficou conhecido como a primeira “onda” feminista, era encabeçado e atingia principalmente as mulheres brancas de classe média, pois mulheres negras na mesma época já trabalhavam como empregadas domésticas (LOURO, 1997).

¹ Trabalho apresentado no DT 8 – Estudos Interdisciplinares do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 15 a 17 de junho de 2017.

² Estudante de Graduação 7º semestre do curso de Jornalismo da FABICO/UFRGS, bolsista de Iniciação Científica pela PROBIC/FAPERGS, email: alessandra.werlang@ufrgs.br

³ Bacharela em Jornalismo pela UFRGS, desde fevereiro de 2017, email: s.freitas555@gmail.com

⁴ Professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação de Comunicação Social da FABICO/UFRGS, email: arsrocha@gmail.com

É na segunda onda do movimento que militantes e teóricas feministas se questionarão sobre as concepções de gênero. O conceito de gênero torna-se central para os estudos feministas, pois é esta característica que passa a formar uma base identitária para o movimento. O gênero, utilizado como maior recurso para explicitar as diferenças entre homens e mulheres, foi desmembrado pelas estudiosas, que retiraram o termo do lugar biológico e naturalizante e o trouxeram para a cultura, uma construção do homem. O gênero como categoria cultural foi comprovada, por exemplo, por Margaret Mead (1935), em “Sexo e temperamento em três sociedades primitivas”⁵ no qual a autora analisa tribos de Nova Guiné e compara suas características a aquelas atribuídas para cada gênero na cultura ocidental e descobre que em outras culturas o homem é visto como dócil ou a mulher como agressiva.

A francesa Simone Beauvoir, entre outras teóricas que irão estudar o gênero e suas relações na época, vai além das problemáticas políticas da vida pública e questiona o âmbito privado, o corpo e as noções científicas e sociais naturalizadas, as relações históricas e sociais que constroem o “ser” mulher. O segundo movimento, que tem seu auge na década de 60, ocorre junto a outros movimentos pacifistas e de liberdade sexual. Foram as diferentes análises teóricas sobre as opressões às mulheres que levam ao surgimento de diversas ramificações do feminismo, tais como o feminismo marxista e o feminismo radical (LOURO, 1997).

Linda Nicholson (2000) identifica que, apesar das feministas terem conseguido distinguir o gênero como categoria social, o “sexo” ainda permanece como ligado estritamente a natureza.

A maioria das feministas do final dos anos 60 e início dos 70 aceitaram a premissa da existência de fenômenos biológicos reais a diferenciar mulheres de homens, usadas de maneira similar em todas as sociedades para gerar uma distinção entre masculino e feminino. A nova ideia foi simplesmente a de que muitas das diferenças associadas a mulheres e homens não eram desse tipo, nem efeitos dessa premissa. Assim, o conceito de “gênero” foi introduzido para suplementar o de “sexo”, não para substituí-lo. (NICHOLSON, 2000, p.11)

Aqui o sexo parece essencial para determinar o gênero. A biologia, portanto, é usada para enraizar características e diferenciar homens e mulheres. A autora chama de fundacionismo biológico a relação entre corpo, personalidade e comportamento. Aqui a biologia é coexistente com aspectos da personalidade e do comportamento. Essa visão

⁵ Título original *Sex and Temperament in Three Primitive Societies*.

tende para um determinismo biológico, na medida em que “as constantes da natureza são responsáveis por certas constantes sociais, e isso sem ter que aceitar [...] que tais constantes sociais não podem ser transformadas” (NICHOLSON, 2000, p. 12)

A partir desse ponto de vista, para as feministas torna-se “confortável” assumir que há diferenças entre as mulheres em alguns aspectos, como personalidade e comportamento, mas permanece uma característica (de sexo) que as une como um grupo, tornando dualismos como homem e mulher, opressor e oprimido, mais fáceis de serem traçados. Assim o fundacionismo biológico gera um feminismo em que o gênero, está aprisionado ao sexo, sendo este aspecto biológico o que há de comum em todas as mulheres, e além disso, abre para a possibilidade de subgrupos a partir das diferenças, sendo que essa diferença é sempre detectada a partir de um aspecto negativo vivido por esse subgrupo, como o de raça por exemplo.

Um movimento que diz abarcar uma universalidade, que tem suas bases constituídas na igualdade, em que certos aspectos de personalidade e comportamento são generalizados para todas as sociedades humanas. Desse modo não há como abarcar todas as diferenças que implicam o que o movimento supostamente defende, que é o sujeito mulher. O efeito se dá justamente ao contrário, torna-se excludente, na prática uma rejeição do “outro”, do “estranho”.

Sexo como signo

Guacira Lopes Louro (2001) identifica, a partir dos anos 70, uma forte política identitária dos grupos homossexuais. Com o desejo de aceitação e integração na esfera social, valores conservadores como a monogamia são adotados por estes grupos

Para algumas lésbicas, o movimento repetia o privilegiamento masculino evidente na sociedade mais ampla, o que fazia com que suas reivindicações e experiências continuassem secundárias face às dos homens gays; para bissexuais, sadomasoquistas e trans-sexuais essa política de identidade era excludente e mantinha sua condição marginalizada. (LOURO, 2001, p.544)

Depois da epidemia de Aids, conhecida como o “câncer gay” na época, há um crescente debate sobre gênero e sexualidade e aumento dos movimentos sociais em torno da questão. Tensões internas dividem esses grupos em aqueles que ainda buscam a legitimação de sua identidade e aqueles que decidem “desafiar as fronteiras tradicionais

de gênero e sexuais, pondo em xeque as dicotomias masculino/feminino, homem/mulher, heterossexual/homossexual” (LOURO, 2001, p.546).

É por meio desse segundo grupo que teorias pós-identitárias surgem para confrontar as estruturas que normatizam e regulam os corpos. Tendo como influência as obras de Michel Foucault, como “História da Sexualidade”, entre outros autores pós-estruturalistas, Judith Butler, Paul B. Preciado entre outros teóricos formulam o que é chamado de Teoria Queer.

Para esses teóricos, o sexo está imerso no discurso, e foi inserido no discurso para ser um instrumento de regulação das estruturas de poder, como a Igreja, Estado e ciência. A listagem sobre “espécies” e comportamentos multiplicam as classificações e ampliam o controle sobre o corpo (LOURO, 2001). Essa lógica categorizante ocidental vai operar por meio de binarismos, elegendo como “fundante ou como central uma ideia, uma entidade ou um sujeito, determinando, a partir desse lugar, a posição do ‘outro’, o seu oposto subordinado. O termo inicial é compreendido sempre como superior, enquanto que o outro é o seu derivado, inferior.” (LOURO, 2001, p.548)

Charles Peirce, em contraponto aos estudos antropológicos clássicos, baseados nessa lógica binária e assimétrica de classificação, desenvolve uma lógica triádica dos signos. O dualismo (significante/significado) se torna na lógica Peirceana o *representamen*, o *objeto* e o *interpretante*. O signo não representa o seu objeto por inteiro, mas sim características que fazem referência a ele. Pela lógica dos signos é possível compreender a linguagem em seus diversos aspectos.

O signos estão inseridos no âmbito da cultura e é impossível compreendê-los fora dessa lógica. Assim como o sexo, todos códigos/linguagens são definidos por convenção, como um pacto coletivo. A mulher, como signo do objeto concreto, não é o próprio objeto e nem mesmo pode representar a todos objetos sobre todas características que possuem. O modo que a representação pode se dar depende também da natureza do signo, sendo ícone, símbolo ou índice. (SANTAELLA, 1986)

O sexo, como elemento discursivo, necessita ser reiterado durante o tempo para se tornar materializado. A linguagem, ao mesmo tempo que descreve e nomeia os corpos, constrói o que nomeia, produzindo as normas pelas quais o corpo é materializado e classificado. “O ‘sexo’ [...] é uma das normas pelas quais o "alguém" simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural” (BUTLER, 2001, p.155). Os instrumentos de poder que

regulam e normatizam o sexo são produtos culturais do homem, e a inteligibilidade de quais corpos servem como modelos padrões fazem com que os corpos desviantes da norma sofram com a exclusão.

Butler considera, porém, que a mesma norma que reitera é aquela que possibilita a reflexão e fissuras do modelo

Como um efeito sedimentado de uma prática reiterativa ou ritual, o sexo adquire seu efeito naturalizado e contudo, é também, em virtude dessa reiteração, que fossos e fissuras são abertos, fossos e fissuras que podem ser vistos como as instabilidades constitutivas dessas construções, como aquilo que escapa ou excede a norma, como aquilo que não pode ser totalmente definido ou fixado pelo trabalho repetitivo daquela norma. Esta instabilidade é a possibilidade desconstitutiva no próprio processo de repetição, o poder que desfaz os próprios efeitos pelos quais o "sexo" é estabilizado, a possibilidade de colocar a consolidação das normas do "sexo" em uma crise potencialmente produtiva. (BUTLER, 2001, p.163 - 164)

Esses sujeitos desviantes servem então como potencial para desestabilizar as normas. Por esse motivo também são constituídos como inferiores, pois se tornam necessários para fornecer “o limite e a fronteira, isto é, fornecem ‘o externo’ para os corpos que ‘materializam a norma’, os corpos que efetivamente ‘importam’” (LOURO, 2001, p.549). Essa indispensabilidade que conecta as dicotomias de sujeitos é sintoma das armadilhas que a afirmação de identidades gera, pois sempre um sujeito será construído na demarcação de seu oposto. Para superar tais barreiras, é necessário romper com a “lógica binária e com seus efeitos: a hierarquia, a classificação, a dominação e a exclusão.” (LOURO, 2001, p.549).

A dissolução do sujeito

A fixação de um sujeito no feminismo, conforme apresentamos na introdução deste texto, inicialmente baseou-se em aspectos biológicos, através da divisão sexual, depois passou a abarcar a ideia de gênero que está ligada principalmente ao construtivismo social. Mas o que procuramos antes mesmo de investigar as bases que constituem o sujeito no feminismo, é como o movimento vê a própria ideia de sujeito. A noção de “mulher” como sujeito no feminismo foi a estratégia adotada para que fosse localizada uma representação política desse movimento. Judith Butler (1998), no artigo *Fundamentos Contingentes: o feminismo e a questão do “pós-moderno”* apresenta uma

problemática com relação a concepção de que para se fazer política é necessário que haja um sujeito.

A questão do sujeito já enfrenta problemas desde sua formação, pois, conforme Butler, a necessidade de haver um sujeito para se colocar a política em prática impede que se faça qualquer crítica à essa posição, de tal forma que a consequência de se questionar o sujeito desencadeia-se no questionamento da política em si. Sendo assim, “o ato que estabelece unilateralmente o domínio do político funciona então como um estratagema autoritário pelo qual se silencia sumariamente a contestação política do sujeito” (BUTLER, 1998, p. 13).

O sujeito é um “ser” político no qual deposita-se a referencialidade o que possibilita uma formação institucional deste ser. Estabelecer um conjunto de normas que estão acima do poder ou da força é em si mesmo uma prática conceitual poderosa e forte que sublima, disfarça e amplia seu próprio jogo de poder, recorrendo a tropos de universalidade normativa. (BUTLER, 1998, p.16). Para Nicholson, a população humana difere nos modos de entender o corpo, e além disso, mais do que uma constante, o corpo é uma variável. Dessa forma, há uma diferença na importância que se dá para cada aspecto do corpo. A consequência é que nunca temos um único conjunto de critérios construtivos da “identidade sexual” a partir da qual se possa interferir alguma coisa sobre as alegrias e as opressões inerentes ao “ser mulher”. (NICHOLSON, p. 15). Sendo assim, por mais que haja um conjunto de forças que realizam um processo de institucionalização para fixar um sujeito normalizado, há sempre um outro conjunto de forças moleculares que fazem esse sujeito estar sempre se modificando, e se desviando de tal institucionalização. A grande tarefa que se coloca com relação ao sujeito é “interrogar o que o movimento teórico que estabelece fundamentos autoriza e o que precisamente exclui ou priva de direitos” (BUTLER, 1998, p.16).

A partir do momento em que se construiu no feminismo uma base política calcada nos preceitos de universalidade, de igualdade, direito para todas, houve também uma exclusão, pois o feminismo tem uma base branca-burguesa-acadêmica, conseqüentemente excludente, por exemplo de questões raciais, de questões que transbordam a divisão heterossexual/homossexual.

As noções de “mulher” advindas da biologia ou de uma construção social estão baseadas em conceitos universalizantes. Dessa forma não adianta questionar uma fundamentação universal, como, por exemplo, a ideia de que mulheres são

biologicamente inferiores aos homens, criando outro conceito universalizante. O problema é que a constituição de um sujeito em um movimento implica em uma ideia universalizante, onde há uma exclusão do “outro”, que “é entendido como estando radicalmente “fora” das estruturas universais da razão e da democracia e que, portanto, se exige que seja trazido para dentro pela força” (BUTLER, 1998, p.17).

Onde estão as possibilidades de retrabalhar a matriz de poder pela qual somos constituídos, de reconstituir o legado daquela constituição, e de trabalhar um contra o outro os processos de regulação que podem desestabilizar regimes de poder existentes? Pois se o sujeito é constituído pelo poder, esse poder não cessa no momento em que o sujeito é constituído, pois esse sujeito nunca está plenamente constituído, mas é sujeitado e produzido continuamente. Esse sujeito não é base nem produto, mas a possibilidade permanente de um certo processo de re-significação, que é desviado e bloqueado mediante outro mecanismo de poder, mas que é a possibilidade de retrabalhar o poder (BUTLER, 1998, p.22).

De antemão o sujeito já vem sendo regulado e produzido: ele seria talvez mais político nesse sentido, pois estaria antes da própria política. Então Butler sugere a possibilidade de o sujeito surgir antes mesmo da política, desta forma adia-se a constituição política do próprio sujeito, “pois é importante lembrar que os sujeitos se constituem mediante a exclusão, isto é, mediante a criação de um domínio de sujeitos desautorizados, pré-sujeitos, representações de degradação, populações apagadas da vista.” (BUTLER, 1998, p.22). O sujeito em sua constituição está sempre excluindo e por isso precisa ser pensado a partir de uma constante reconstituição.

Os percursos de *Polifonia*

A partir da perspectiva que questiona a fixação de um sujeito mulher no feminismo olhamos para o vídeo *Polifonia*, realizado por Luna Acosta e Taís Lobo. O vídeo faz parte do projeto Antropofagia Icamiba, que reúne um conjunto de obras audiovisuais de “autopornografia” feminista. *Polifonia* não é formado por imagens, ou seja, nele não há o aspecto figurativo que representa algo, no vídeo é apresentado ao espectador uma composição sonora com narração de um texto em *off* junto de sobreposições de sons captados em diversos ambientes, que serão expostas no decorrer desta análise.

Figura 1 - Frame do vídeo *Polifonia*

*O desconhecido não tem
 identidade em mim,*

Polifonia (2012)

O projeto Antropofagia Icamiaba é formado por um grupo de mulheres que realiza experimentações audiovisuais que mostram diferentes visualidades sobre o corpo, desejo, e prazer. A realizadora e integrante do projeto, Taís Lobo, propôs o termo “autopornografia”, para nomear a ideia de “uma grafia do corpo e da sexualidade em desconstrução que fosse contada por aquelas minorias insubmissas e indóceis que buscam ocupar o espaço público como estratégia de luta estéticopolítica.” (LOBO, 2014, p. 54).

As Icamiabas são mulheres que produzem autopornografia feminista. Pornografia selvagem. A estética das Icamiabas coloca em confronto o selvagem e o tecnológico. Os saberes ocidentais, as noções ocidentais de gênero e sexualidade, de corpo e desejo, com as percepções ameríndias e afrolatinas. Icamiabas (do tupi i + kama + îaba = “peito rachado”): índias que, segundo os mitos brasileiros, teriam formado uma tribo de mulheres guerreiras que não aceitavam a presença de homens e que compunham uma sociedade radicalmente matriarcal. A Antropofagia Icamiaba produz uma barbárie tecnicizada (Oswald de Andrade), selvagens cyborgs. (AZEVEDO, 2014, p. 4)

Taís Lobo, em sua monografia *Antropofagia Icamiaba - contra-sexualidade e contra-cinema: a auto-pornografia como ferramenta de subversão política* apresenta o *Polifonia* de um ponto de vista que aborda o lado sensorial do vídeo. Para ela, a potência inscrita no vídeo localiza-se no momento em que “deixamos de ver”, em que para podermos então desconstruir perspectivas pré-dadas da própria imagem.

Teremos que descondicionar o olhar perpassado por uma infinidade de informações imagéticas a todo momento, movimento tão intenso que hipertrofia nossos outros sentidos e, por consequência, nossa sensibilidade sinestésica, parecendo interferir, também, em nossa sensibilidade político-afetiva. (LOBO, 2014, p. 73)

O vídeo, além do fundo preto, contém sons de água corrente, ondas do mar e gemidos, junto a uma narração em *off* de uma voz feminina lendo um texto poético, no qual se expressa:

O contexto nos molda. O desconhecido não tem identidade em mim, nem eu no desconhecido. Eu não percebo o mundo que não sou capaz de conceber. Do desconhecido, compreendo os laços que me são comuns. Qualquer rosto desconhecido é uma máscara. Em cada contexto, um reflexo, de cada reflexo, um contexto. Quem me ensinou a desejar? Quem me ensinou a ver? Voltar a enxergar. Questionar-se. Desnaturalizar. Desgarrar-se de si. Desatar-se. (Re)conhecer-se. (POLIFONIA, 2012).

As imagens são discursos, e sendo assim, são descrição de realidade e ao mesmo tempo construção e determinação dela. No texto apresentado em *Polifonia*, os questionamentos apresentados “Quem me ensinou a desejar? Quem me ensinou a ver?” estão a procura dessas estruturas que fabricam a cultura e que condicionam as percepções dos sujeitos. O não ver é fundamental na construção de um olhar do outro. “É descondicionar o olhar perpassado por uma infinidade de informações imagéticas a todo momento, movimento tão intenso que hipertrofia nossos outros sentidos e, por consequência, nossa sensibilidade” (LOBO, 2014, p. 73). A criação de novas subjetividades e singularidades passa pelo necessário rompimento com os enquadramentos estéticos vigentes. Ao pensar novas formas de comunicar, abre-se a possibilidade do deslocamento do receptor de informações pré-fabricadas.

Através dos processo de experimentação de linguagens corporais e audiovisuais, experimenta-se, também, o distanciamento crítico e a confrontação de nossas próprias reproduções estéticas e comportamentais, de maneira que códigos culturais nos são revelados, desautomatizados e, assim, rescritos. Em outras palavras, é esta uma das formas de (re)apropriar-se de tecnologias e códigos que nos compõem política e culturalmente: tecnologias audiovisuais, de gênero e de sexualidade. Por fim, a idéia é des-criar, desconstruir, observar os escombros e reciclar/absorver o que nos serve. → re-criar-se. (LOBO, 2013, online)

Impactar-se com novas técnicas é uma chave para entender o que é automatizado em nossa cultura, assim como Butler (2000) identifica nos sujeitos abjetos ao sistema a possibilidade de entender as normas que regem o corpo e desestabilizá-las. No trecho do vídeo “Questionar-se. Desnaturalizar. Desgarrar-se de si. Desatar-se. (Re)conhecer-se” é perceber que as normas sobre os corpos não são fixas na natureza, mas sim culturais, e por isso o corpo é potencialmente plural e diverso.

Nos enunciados do vídeo “o contexto nos molda” e “não percebo o mundo que não sou capaz de conceber” o sujeito é fruto da cultura e está imerso nela através dos símbolos que a constroem e são reiterados para que se mantenha. Fora da ordem dos signos, o sujeito não consegue compreender.

Além disso, pensando em um aspecto conceitual de polifonia, o termo já foi abordado por Bakhtin (2013) em sua obra *Problemas da poética de Dostoiévski*, em que o autor coloca que a polifonia se faz pela presença de outros textos em um texto. O polifônico encontra-se não apenas na constituição do vídeo como forma, mas também como conteúdo. Se fizermos um paralelo com o vídeo, pensando nestes outros textos que formam um texto, podemos ver a posição da formação de um sujeito, através de enunciados, porém esse sujeito não se forma na identificação, mas sim na “diferença”, no “outro”, na “alteridade”.

Considerações finais

Os sistemas de códigos e signos são necessários a comunicação. Eles são a mediação do homem com o mundo. A cultura, linguagem, convenções e todas referências estão inscritas nos códigos. Os códigos, apesar de serem elementos rígidos em suas formas, são potencialmente lugares de constante reterritorialização, do devir outro, estando sempre em processo constante de mudança.

Com efeito, o significado foi fundido com o referente, de tal forma que um conjunto de significados foi levado a ser inerente à natureza real das próprias mulheres. Refundir o referente como o significado e autorizar ou salvar a categoria mulheres como lugar de ressignificações possíveis é expandir as possibilidades do que significa ser uma mulher e, nesse sentido, dar condições para e permitir uma capacidade de agir realçada. (BUTLER, 1998, p.25)

Considerações finais

Os sistemas de códigos e signos são necessários a comunicação. Eles são a mediação do homem com o mundo. A cultura, linguagem, convenções e todas referências estão inscritas nos códigos. Os códigos, apesar de serem elementos rígidos em suas formas, são potencialmente lugares de constante reterritorialização, do devir outro, estando sempre em processo constante de mudança.

Com efeito, o significado foi fundido com o referente, de tal forma que um conjunto de significados foi levado a ser inerente à natureza real das próprias mulheres. Refundir o referente como o significado e autorizar ou salvar a categoria mulheres como lugar de re-

significações possíveis é expandir as possibilidades do que significa ser uma mulher e, nesse sentido, dar condições para e permitir uma capacidade de agir realçada. (BUTLER, 1998, p.25)

Nesse sentido, é necessário entender que, quando retiramos a naturalização dos referentes, abre-se uma potencialidade de multiplicidade, pois já não há uma lógica fixa. Assim como no vídeo, no qual uma tela preta pode representar muito mais do que a imagem, pois autoriza o espectador fazer sua própria subjetivação.

Linda Nicholson vai teorizar sobre um feminismo da diferença possível através de coalizão política, estabelecendo uma série de interesses em torno do que seria favorável a estas mulheres. Isso abriria a possibilidade para todos que pensam sobre os direitos das mulheres trabalharem em torno de uma política feminista. Porém, não é possível considerar o problema como de fácil resolução, pois ainda na elaboração de políticas para as mulheres, estamos determinando as mulheres as quais essas regras irão servir (NICHOLSON, 2000, p 38).

Assim, sugiro pensarmos o sentido de mulher como capaz de ilustrar o mapa de semelhanças e diferenças que se cruzam. Nesse mapa o corpo não desaparece; ele se toma uma variável historicamente específica cujo sentido e importância são reconhecidos como potencialmente diferentes em contextos históricos variáveis. Essa sugestão, desde que se assuma que o sentido encontrado, não pressuposto, assume também que a procura em si não é de um projeto político ou de pesquisa que uma intelectual será capaz de executar sozinha em seu gabinete. Ele implica, na verdade, uma compreensão desse projeto como esforço necessariamente coletivo a ser feito por muitas, e em constante diálogo. (NICHOLSON, 2000, p. 38)

A mulher, como código, deve ser compreendida em seu contexto e nas variáveis conjuntas que a formam, pois seu signo não é único, mas sim um conjunto.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Adriana. **Sexorcismos selvagens: pós-pornografia e performance**. Revista Escrita (PUCRJ. Online), v. 18, p. <http://www.maxw>, 2014.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: O feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Revista Cadernos Pagu** n. 11. Campinas (SP) 1998.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. Em LOURO, Guacira Lopes (org). **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. pp 151-172

LOBO, Taís. **Antropofagia Icamiaba** - contra-sexualidade e contra-cinema: a auto-pornografia como ferramenta de subversão política. 2014. 115 f. Monografia (Graduação em Cinema e Audiovisual) – Instituto de Artes e Comunicação Social, Departamento de Cinema e Audiovisual, Universidade Federal Fluminense. Niterói.

LOBO, Taís. **Intuições corpóreas acerca de uma “auto-pornografia”**. 2013. Disponível em: http://nuvem.tk/wiki/index.php/Tais_Lobo. Acessado em: 07/08/2016

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Guacira Lopes Louro - Petrópolis, RJ. Uma perspectiva pós-estruturalista: Vozes, 1997

NICHOLSON, Linda. Interpretando o Gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, Florianópolis, Brasil. 2000

SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica**. 4º ed. São Paulo: Brasiliense. 1986.